

LUCIANO MARTINEZ

CURSO DE DIREITO DO TRABALHO

RELAÇÕES INDIVIDUAIS, SINDICAIS E COLETIVAS DO TRABALHO

12ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dália Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Peroni Fazolari Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoiy Wasconcelos Razuk
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Martinez, Luciano

Curso de direito trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho / Luciano Martinez. – 12. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
1216 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-476-8 (impresso)

1. Direito do trabalho – Brasil. I. Título.

20-0770

CDD 342.6
CDU 349.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho

Data de fechamento da edição: 18-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606811 CAE 753348

SUMÁRIO

Depoimentos sobre a obra	7
Apresentação da 12ª edição	47
PRIMEIRA PARTE: RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO	
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	
1.1 O trabalho e a formação histórica do direito do trabalho.....	51
1.1.1 A agregação social e o direito do trabalho	51
1.1.2 O valor social do trabalho	52
1.1.3 Fermentos da Revolução Industrial e da Revolução Operária ...	53
1.2 Direito do trabalho.....	55
1.2.1 Denominações.....	57
1.2.2 Definição	59
1.2.3 Características	59
1.2.3.1 Intervencionismo	60
1.2.3.2 Protecionismo	60
1.2.3.3 Reformismo social	60
1.2.3.4 Coletivismo	60
1.2.3.5 Expansionismo	60
1.2.3.6 Cosmopolitismo	61
1.2.3.7 Pluralismo de fontes	61
1.2.4 Divisão.....	61
1.2.5 Natureza	63
1.2.6 Funções	64
1.2.7 Autonomia	64
1.2.8 Relações do direito do trabalho com outras disciplinas	65
1.2.8.1 Relação com o direito constitucional	65
1.2.8.2 Relação com o direito administrativo.....	65
1.2.8.3 Relação com o direito civil	66
1.2.8.4 Relação com o direito comercial	66
1.2.8.5 Relação com o direito penal.....	66
1.2.8.6 Relação com o direito tributário.....	67

1.2.8.7	Relação com o direito previdenciário	67
1.2.8.8	Relação com outras disciplinas não jurídicas	68
1.2.9	Fontes	70
1.2.9.1	Definição	70
1.2.9.2	Classificação	70
1.2.9.2.1	Fontes materiais e fontes formais	70
1.2.9.2.2	Fontes heterônomas e fontes autônomas	71
1.2.9.3	Hierarquia	80
1.2.9.4	Conflitos entre fontes e soluções aplicáveis	81
1.2.9.5	O Conselho Nacional do Trabalho e a sua função propositiva de novas fontes justralhistas	83
1.3	Interpretação do direito do trabalho	85
1.4	Integração das normas trabalhistas	86
1.4.1	Métodos de integração	87
1.4.2	Instrumentos de integração	88
1.4.2.1	Jurisprudência	88
1.4.2.2	Analogia	90
1.4.2.3	Equidade	91
1.4.2.4	Princípios gerais do direito	92
1.4.2.5	Usos e costumes	92
1.4.2.6	Direito comparado	92
1.5	Aplicação do direito do trabalho	93
1.5.1	Aplicação pessoal	93
1.5.2	Aplicação espacial	94
1.5.3	Aplicação temporal	96
1.5.3.1	A intertemporalidade da lei trabalhista que produz retrocesso social: uma análise da reforma trabalhista produzida pela Lei n. 13.467, de 2017	97
1.5.3.2	A Medida Provisória n. 808/2017 e a perda da sua eficácia	99
1.5.3.3	A retroatividade da norma legal trabalhista benfazeja	100
1.5.3.4	O direito adquirido e a sua aplicação temporal no direito do trabalho	101
1.6	Direito internacional do trabalho	102
1.6.1	Organização Internacional do Trabalho	102
1.6.1.1	Estrutura	103
1.6.1.2	Atividade produtiva de normas internacionais do trabalho	103
1.6.1.3	Procedimentos de submissão e de posterior ratificação ou denúncia das normas internacionais do trabalho ..	104
1.7	Dignidade humana, autonomia e redução à condição análoga à de escravo: uma análise descritiva e inter-relacionada dos trabalhos escravo, forçado, indecente e degradante	104
1.8	A crise como fonte material do Direito	107
1.8.1	O direito do trabalho de emergência	108

1.8.2	A jurisprudência da crise.....	109
1.9	O <i>compliance</i> trabalhista.....	110
2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	
2.1	Distinções entre princípio e regra	113
2.2	Princípios em espécie.....	114
2.2.1	Princípio da proteção	114
2.2.1.1	Princípio da aplicação da fonte jurídica mais favorável	115
2.2.1.1.1	Conceito e extensão do princípio.....	116
2.2.1.1.2	A constitucionalização do princípio da aplicação da fonte mais favorável	116
2.2.1.1.3	A prevalência da autonomia individual privada nas primeiras normas que trataram da crise da pandemia do Coronavírus	119
2.2.1.2	Princípio da manutenção da condição mais benéfica..	119
2.2.1.3	Princípio da avaliação <i>in dubio pro operario</i>	120
2.2.2	Princípio da indisponibilidade de direitos	121
2.2.2.1	Renúncia e transação no direito do trabalho	122
2.2.2.2	Os conflitos de interesses e as fórmulas de solução.....	125
2.2.2.2.1	Conflito, impasse e solução.....	125
2.2.2.2.2	Soluções por via autônoma.....	125
2.2.2.2.3	Soluções por via paraeterônoma.....	126
a)	Conciliação	126
b)	Mediação	128
2.2.2.2.4	Soluções por via heterônoma	128
a)	Arbitragem.....	128
b)	Jurisdição.....	130
2.2.3	Princípio da continuidade da relação de emprego	131
2.2.4	Princípio da primazia da realidade	132
2.2.5	Princípio da razoabilidade	133
2.2.6	Princípio da boa-fé e da confiança	133
3.	ATIVIDADE E TRABALHO	
3.1	Distinções entre atividade e trabalho.....	135
3.2	Contratos de atividade em sentido estrito	147
3.2.1	Contrato de estágio	148
3.2.1.1	Definição	148
3.2.1.2	Espécies	148
3.2.1.3	Requisitos	149
3.2.1.4	Sujeitos.....	150
3.2.1.5	Direitos.....	154
3.2.1.5.1	Jornada de atividade	154
3.2.1.5.2	Retribuição pela atividade de estágio	155
3.2.1.5.3	Isonomia de tratamento.....	156

3.2.1.5.4	Tempo de duração do estágio	156
3.2.1.5.5	Proteção previdenciária apenas facultativa	157
3.2.1.5.6	Seguro contra acidentes pessoais	157
3.2.1.5.7	Aplicação integral da legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho	158
3.2.1.5.8	Recesso da atividade de estágio	158
3.2.1.5.9	Anotação na CTPS?	159
3.2.1.6	O abuso do direito de concessão da oportunidade de estágio	159
3.2.1.7	O estágio no serviço público e algumas das suas particularidades	160
3.2.1.8	O estágio e a aposentadoria por incapacidade permanente: possível cumulação?	161
3.2.1.9	O estágio e o seguro-desemprego: o estágio remunerado pode ser entendido como renda para impedir o recebimento do seguro-desemprego?	162
3.2.1.10	A competência jurisdicional para decidir as questões em torno do contrato de estágio	163
3.2.2	Contrato de prestação de serviço voluntário	164
3.2.2.1	Definição	164
3.2.2.2	Termo de adesão	164
3.2.2.3	Contraprestação	165
3.2.3	Os médicos-residentes e sua situação <i>sui generis</i>	165
3.3	Contratos de trabalho em sentido amplo	165
3.3.1	Contrato de trabalho autônomo	166
3.3.2	Contrato de trabalho eventual	168
3.3.3	Contrato de trabalho avulso	168
3.4	Distinções entre trabalho e emprego	170
4.	RELAÇÃO DE EMPREGO E CONTRATO DE EMPREGO	
4.1	Relação de emprego e contrato de emprego	173
4.2	Relação de emprego e seus elementos caracterizadores	174
4.2.1	Pessoalidade	174
4.2.2	Onerosidade	174
4.2.3	Não assunção dos riscos da atividade patronal	175
4.2.4	Duração não eventual ou contínua	175
4.2.5	Subordinação	177
4.2.5.1	Subordinação clássica e parassubordinação	179
4.2.5.2	Subordinação direta e subordinação indireta	180
4.2.6	Cumulação necessária de todos os elementos	181
4.3	Pluralidade e acumulação de empregos nas esferas privada e estatal ...	182
4.4	Contrato de emprego	182
4.4.1	Denominação	183
4.4.2	Definição	183

4.4.3	Caracterização	183
4.4.4	Classificação	184
4.4.5	Morfologia e elementos do negócio jurídico de emprego	184
4.4.5.1	Elementos essenciais, naturais e acidentais.....	185
4.4.5.2	A tricotomia existência-validade-eficácia	185
4.4.5.2.1	Plano da existência	185
4.4.5.2.2	Plano da validade	186
	a) Declaração da vontade.....	186
	b) Agente emissor da vontade dotado de capacidade	186
	c) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	189
	d) Forma prescrita ou não defesa em lei.....	192
4.4.5.2.3	Plano da eficácia.....	194
4.4.6	Defeitos e invalidade do contrato de emprego	195
4.4.6.1	Defeitos	195
4.4.6.1.1	Vícios de consentimento	195
	a) Erro.....	195
	b) Dolo	196
	c) Coação	196
	d) Lesão.....	196
	e) Estado de perigo	196
4.4.6.1.2	Vícios sociais	197
	a) Simulação	197
	b) Fraude contra credores.....	197
4.4.6.2	Invalidação	198
4.4.6.2.1	Nulidade e anulabilidade: particularidades no âmbito do direito do trabalho	198
4.4.6.2.2	Situações de anulabilidade e efeitos da declaração	198
4.4.6.2.3	Situações de nulidade e efeitos da declaração.....	199
4.4.7	Modalidades contratuais de emprego.....	199
4.4.7.1	Quanto ao ajuste	200
4.4.7.1.1	Contrato de emprego tácito	200
4.4.7.1.2	Contrato de emprego expresso	200
4.4.7.2	Quanto ao tempo de duração.....	200
4.4.7.2.1	Contrato de emprego por tempo indeterminado ..	200
4.4.7.2.2	Contrato de emprego por tempo determinado	200
4.4.7.3	Quanto ao modo de execução dos serviços.....	201
4.4.7.3.1	Contrato de emprego singular	201
4.4.7.3.2	Contrato de emprego por equipe.....	201
4.4.8	Distinção entre contrato de emprego e alguns contratos afins ...	202
4.4.8.1	Contrato de estágio	202
4.4.8.2	Contrato de prestação de serviço voluntário	202
4.4.8.3	Contrato de prestação de serviço previsto no Código Civil	203

4.4.8.3.1	Quanto à retributividade	203
4.4.8.3.2	Quanto ao tempo máximo de duração do ajuste ..	203
4.4.8.3.3	Quanto ao mecanismo de concessão de aviso prévio	204
4.4.8.3.4	Quanto às fórmulas de indenização por dissolução de contrato por tempo determinado	205
4.4.8.4	Contrato de empreitada	205
4.4.8.5	Contrato de comissão	206
4.4.8.6	Contrato de agência	206
4.4.8.7	Contrato de distribuição	207
4.4.8.8	Contrato de corretagem	207
4.4.8.9	Contrato de sociedade	208
4.4.8.9.1	Parcerias	208
4.4.8.9.2	Cooperativa de trabalho	210
a)	Espécies de cooperativa de trabalho	211
b)	Direitos mínimos dos sócios das cooperativas de trabalho	212
c)	Funcionamento das cooperativas de trabalho.	213
4.4.8.10	Contrato de transporte rodoviário de cargas	214
4.5	As fases da formação do vínculo contratual de emprego e suas conse- quências jurídicas	214
4.5.1	Negociação preliminar e contrato preliminar: algumas notas distintivas	215
4.5.2	O <i>iter</i> de formação da vontade definitiva de contratar: a oferta e a aceitação	217
5.	EMPREGADO	
5.1	Definição	219
5.2	Classificação	219
5.2.1	Quanto ao setor de atuação	219
5.2.1.1	Servidores estatais	220
5.2.1.1.1	Servidores públicos efetivos	220
5.2.1.1.2	Servidores públicos temporários	220
a)	Servidores públicos temporários investidos por conta de excepcional interesse público	221
b)	Servidores públicos temporários exercentes de cargo em comissão	221
5.2.1.1.3	Empregados públicos	222
5.2.1.1.4	Empregados estatais <i>sui generis</i> : empregados con- tratados pelos "serviços sociais autônomos", pelos Conselhos/Ordens de fiscalização do exercício pro- fissional e pelos consórcios públicos	224
5.2.1.2	Empregados privados	227
5.2.2	Quanto à atividade desenvolvida pelo empregador	227
5.2.2.1	Empregados rurais ou rurícolas	227
5.2.2.2	Empregados urbanos	229

5.2.2.3	Empregados domésticos	229
5.2.2.3.1	Características	229
	a) Prestação de serviços de forma contínua, por mais de dois dias por semana.....	229
	b) Prestação de serviço para pessoa ou família ...	231
	c) Âmbito residencial de pessoa ou família	232
	d) Atividade sem fins lucrativos	233
5.2.2.3.2	Classificação	234
	a) Empregados efetivamente domésticos.....	234
	b) Empregados em condomínios residenciais.....	234
5.2.2.3.3	Responsabilidade civil das agências especializadas na indicação de domésticos.....	234
5.2.2.3.4	Direitos trabalhistas e previdenciários devidos aos domésticos	235
	a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa/Estabilidade da gestante doméstica (art. 7º, I)	238
	b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (art. 7º, II)	239
	c) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (art. 7º, III)	240
	d) Salário mínimo (art. 7º, IV)	240
	e) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (art. 7º, V).....	241
	f) Irredutibilidade salarial (art. 7º, VI)	241
	g) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (art. 7º, VII)	242
	h) Décimo terceiro salário, com base na remuneração integral (art. 7º, VIII)	242
	i) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (art. 7º, IX)	242
	j) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa (art. 7º, X)	243
	k) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (art. 7º, XII)	243
	l) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho/Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, XIII e XVI)	244
	m) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos/Remuneração dobrada pelo trabalho prestado em dias destinados ao descanso	249

n)	Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal	249
o)	Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias/Licença-paternidade, nos termos fixados em lei	251
p)	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei	253
q)	Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.....	254
r)	Aposentadoria	254
s)	Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas	255
t)	Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho	255
u)	Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.....	256
v)	Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil/Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.....	257
w)	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.....	257
x)	Multas e os valores fixados para as infrações previstas na CLT	257
5.2.2.3.5	Direitos trabalhistas e previdenciários ordinariamente não reconhecidos pela lei e pela jurisprudência aos domésticos.....	259
a)	Participação nos lucros, ou resultados/Participação na gestão da empresa.....	259
b)	Cadastramento no PIS para fins de recebimento do abono anual	259
c)	Acréscimo da licença-maternidade em decorrência da adesão patronal ao Programa Empresa-Cidadã.....	260
d)	Homologação da rescisão.....	260
e)	Adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade	260

f) Salário-enfermidade	261
g) Penhorabilidade, em seu favor, dos bens de família do empregador doméstico: um ponto final com a Lei Complementar n. 150/2015 ...	261
5.2.3 Quanto à vinculação ao emprego	261
5.2.3.1 Empregados efetivos	262
5.2.3.2 Empregados interinos	262
5.2.4 Quanto ao local de prestação dos serviços	262
5.2.4.1 Empregados em sede do empregador	262
5.2.4.2 Empregados em domicílio	263
5.2.4.2.1 Teletrabalhador	263
a) O regime jurídico do teletrabalho na Lei n. 13.467, de 2017	264
b) O regime jurídico do teletrabalho nas primeiras normas que trataram da crise da pandemia do Coronavírus.....	265
5.2.4.2.2 Mãe social ou mãe crecheira.....	268
5.2.5 Quanto à posição na estrutura hierárquica do empregador.....	269
5.2.5.1 Empregados ordinários.....	269
5.2.5.2 Altos empregados	269
5.2.5.2.1 As dimensões da confiança	271
a) Confiança genérica	271
b) Confiança específica/estrita	271
c) Confiança excepcional.....	272
5.2.5.2.2 Empregado-sócio	272
5.2.5.2.3 Empregado-diretor.....	273
5.2.6 Quanto ao desenvolvimento.....	273
5.2.6.1 Empregados com formação e cognição completas	273
5.2.6.2 Empregados com formação e cognição incompletas ou em desenvolvimento	273
5.2.6.2.1 Índios	273
a) Índios isolados	273
b) Índios em processo de integração	274
c) Índios integrados	274
5.2.6.2.2 Menores	274
5.2.7 Quanto à nacionalidade	275
5.2.7.1 Empregados nacionais.....	275
5.2.7.2 Empregados estrangeiros.....	275
6. EMPREGADOR	
6.1 Definição.....	277
6.2 Características	279
6.2.1 A despersonalização.....	279
6.2.2 A assunção dos riscos da atividade desenvolvida	280

6.3	Poder diretivo patronal.....	281
6.3.1	Espécies decorrentes do poder diretivo.....	283
6.3.1.1	Poder de organização	283
6.3.1.2	Poder de fiscalização.....	284
6.3.1.3	Poder disciplinar.....	286
6.3.2	Critérios de aplicação do poder disciplinar.....	288
6.3.3	Danos morais produzidos pelo exercício abusivo do poder diretivo patronal.....	289
6.4	Sucessão empresarial.....	295
6.4.1	Serviços notariais e de registros oficializados e não oficializados	297
6.4.2	Sucessão de empregadores na Lei n. 11.101/2005.....	298
6.4.3	Sucessão de sócios e responsabilidade do retirante.....	299
6.4.3.1	A pessoa jurídica e(m) crise de identidade: a concepção de “pessoa”.....	299
6.4.3.2	A evolução da consideração da personalidade jurídica	300
6.4.3.3	O questionamento e a crise da consideração: o abuso da pessoa jurídica e a sua desconsideração.....	302
6.4.3.4	Novas crises, novos remédios e a sempre presente necessidade de garantir o devido processo legal.....	304
6.4.3.5	A responsabilidade do sócio retirante.....	305
6.5	Concentração empresarial e responsabilidade civil-trabalhista.....	306
6.6	Grupos econômicos e agrupamentos assemelhados.....	306
6.6.1	Grupo econômico trabalhista.....	307
6.6.1.1	Pressupostos constitutivos.....	307
6.6.1.2	Responsabilização dos integrantes do grupo econômico trabalhista.....	309
6.6.1.2.1	O grupo econômico é um empregador único ou as empresas dele integrantes são independentes da empresa-contratante?.....	309
6.6.1.2.2	A responsabilidade solidária dos integrantes do grupo econômico é unicamente ativa ou também passiva?.....	311
6.6.1.2.3	Deve-se buscar o cumprimento da obrigação junto à empresa-contratante ou essa exigência pode ser dirigida, indiferentemente, a qualquer dos integrantes do grupo econômico?.....	312
6.6.2	Agrupamentos assemelhados ao grupo econômico trabalhista...	313
6.6.2.1	A responsabilidade civil-trabalhista nos contratos de consórcio de empregadores.....	313
6.6.2.2	Terceirização.....	314
6.6.2.2.1	Definição.....	315
a)	Da visão clássica à concepção da legislação brasileira pós-Lei n. 13.467, de 2017.....	315
b)	Para além da terceirização: a “quarteirização” e a “terceirização em cadeia”.....	317
6.6.2.2.2	Atividade-fim e atividade-meio.....	318

6.6.2.2.3	Modelos	318
a)	Modelo tradicional de subcontratação.....	318
b)	Modelo sistemista ou de fornecimento global .	331
6.6.2.2.4	O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora dos serviços e a assunção da responsabilidade	331
6.6.2.2.5	Sujeitos responsáveis: entidades privadas e entes públicos.....	332
6.6.2.2.6	Natureza da responsabilidade: solidária ou subsidiária?	334
6.6.2.2.7	A (in)comunicabilidade de condutas e de responsabilidades	335
6.6.2.2.8	Até que ponto vale a pena terceirizar?	336
7.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
7.1	Considerações introdutórias	339
7.2	Documentos de registro histórico-laboral.....	339
7.3	Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	340
7.3.1	Obrigatoriedade.....	340
7.3.2	Emissão e entrega	341
7.3.3	Anotações.....	341
7.3.4	Falta de anotação e consequências.....	344
7.3.4.1	Reclamação administrativa	344
7.3.4.2	Ação judicial.....	344
7.3.4.3	Crime de falsidade material.....	345
7.3.5	Valor probatório	346
7.3.6	Anotações de atividades em sentido estrito na CTPS	347
7.4	Livros de registro de empregados	347
8.	TEMPO DE DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPREGO	
8.1	Contratação por tempo indeterminado	349
8.1.1	Contrato para a prestação de trabalho não intermitente	349
8.1.2	Contrato para a prestação de trabalho intermitente	349
8.2	Contratação por tempo determinado.....	356
8.2.1	Espécies	357
8.2.1.1	Contratação por tempo determinado por via direta....	357
8.2.1.1.1	Contratação de serviço especializado ou transitório	358
8.2.1.1.2	Contratação para atividade empresarial transitória	359
8.2.1.1.3	Contratação por experiência.....	359
8.2.1.1.4	Contratação para aprendizagem	360
a)	Requisitos de validade	361
b)	Obrigatoriedade de contratação de aprendizes	363
c)	Direitos mínimos	365

d) Convolação do contrato: os aprendizes podem ser tomados contratados por tempo indeterminado?	366
e) Cessação do contrato	368
8.2.1.1.5 Contratação em interinidade	369
8.2.1.1.6 Contratação para evento específico: safra e obra certa	370
a) Contratação por obra certa (Lei n. 2.959/56)..	370
b) Contratação por safra (Lei n. 5.889/73)	371
8.2.1.1.7 Contratação de atleta profissional	372
8.2.1.1.8 Contratação para acréscimo de empregados mediante negociação coletiva (Lei n. 9.601/98)	373
8.2.1.1.9 Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	375
a) Beneficiários	375
b) Sistemática de contratação	376
c) Dimensão salarial	377
d) Manutenção dos direitos dos empregados.....	378
e) Prazo de contratação	378
f) Pagamentos antecipados ao empregado	378
g) Alíquota do FGTS	380
h) Jornada de trabalho.....	380
i) Benefícios econômicos e de capacitação instituídos pelo Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	381
j) Cessação do contrato e seguro-desemprego	381
k) Prioridade em ações de qualificação profissional	382
l) Quitação de obrigações para reduzir litígios	382
m) Seguro por exposição a perigo previsto em lei	382
n) A intertemporalidade na contratação pela modalidade de Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	383
8.2.1.2 Contratação por tempo determinado por via indireta: trabalho temporário (Leis n. 6.019/74 e 13.429/2017).....	384
8.2.1.2.1 Definição.....	385
8.2.1.2.2 Sujeitos	386
8.2.1.2.3 Forma.....	390
8.2.1.2.4 Tempo	391
8.2.1.2.5 Distinções entre a contratação de trabalhador temporário e a contratação de serviços terceirizados ...	391
8.2.2 Duração máxima e prorrogação dos contratos por tempo determinado	392
8.2.3 Transformação de contratos por tempo determinado em contratos por tempo indeterminado	394
8.2.3.1 A contratação fora das hipóteses previstas em lei	394
8.2.3.2 Estipulação por prazo maior do que o limite legal	394

8.2.3.3	Continuidade executiva	394
8.2.3.4	Prorrogação contratual fora das hipóteses previstas em lei.....	394
8.2.3.5	Presunção legal de fraude	395
9.	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	
9.1	Considerações introdutórias	397
9.2	Órgãos de segurança e saúde do trabalhador nas empresas	398
9.2.1	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.....	398
9.2.2	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	399
9.2.2.1	Objetivo.....	399
9.2.2.2	Constituição, processo eleitoral e organização	399
9.2.2.3	Atribuições e funcionamento	401
9.3	Equipamentos de proteção individual	402
9.4	Exames e atestados médicos	402
9.4.1	Exames médicos.....	403
9.4.2	Atestados médicos.....	404
9.4.2.1	Quem pode expedir atestados de afastamento do trabalho?.....	405
9.4.2.2	O empregador pode recusar um atestado médico?	405
9.4.2.2.1	O empregador pode recusar um atestado médico por violação da ordem de preferência estabelecida no § 2º do art. 6º da Lei n. 605/49?	406
9.4.2.2.2	O empregador pode recusar um atestado médico apresentado fora do prazo estabelecido? Há algum prazo legal para a apresentação do atestado médico?	408
9.4.2.3	Admite-se atestado médico sem a indicação da Classificação Internacional de Doenças (CID)?	408
9.4.2.4	O médico precisa ser especialista para emitir atestado médico com CID de uma determinada especialidade? E para atuar em perícias judiciais ou administrativas, a especialidade médica é exigível?	409
9.4.2.5	Há algum impedimento ético para o atendimento médico a um parente? É válido o atestado médico resultante desse ato praticado em favor de um empregado? E como perito ou auditor de um parente, o médico pode atuar?	412
9.4.2.6	O médico do trabalho da empresa pode discordar dos termos de atestado emitido por outro médico da escola do empregado?	412
9.4.2.7	Pode um médico-empregado atestar para si mesmo as suas próprias condições de saúde?	413
9.4.2.8	O atestado de mero comparecimento à consulta é suficiente para justificar a falta ao trabalho?	413
9.4.2.9	E a declaração de acompanhamento de terceiro, ele pode justificar a falta ao trabalho?	413

9.4.2.10	Há um limite para o número de dias de afastamento do trabalho nos atestados médicos?	414
9.4.2.11	Um empregado pode considerar-se apto para o trabalho e <i>sponte propria</i> retornar ao serviço durante a vigência de um atestado médico?.....	415
9.4.2.12	Que ocorrerá quando o médico do trabalho da empresa, no momento em que realiza o exame de retorno, diverge da conclusão do perito médico do INSS que ofereceu a alta previdenciária?.....	416
9.4.2.13	Que ocorre quando o médico perito da Justiça do Trabalho diverge do posicionamento do perito médico do INSS? Qual posicionamento prevalece?.....	417
9.4.2.14	O que o empregador deve fazer caso desconfie de que o atestado médico que lhe foi apresentado é materialmente falso?	417
9.4.2.15	O que o empregador deve fazer caso constate, por informação prestada pelo Conselho Regional de Medicina, que o atestado médico que lhe foi apresentado é, realmente, materialmente falso?.....	418
9.4.2.16	E se a investigação envolver a prática, pelo médico, de outorga de atestado ideologicamente falso? O que deve fazer o empregador?.....	418
9.4.2.17	Que se deve fazer caso o empregador não aceite o atestado médico e, contrariando aquilo que dele se esperava, opere o desconto do dia em que o empregado esteve doente?.....	418
9.4.2.18	Os atestados médicos apresentados pelo empregado podem ser anotados na sua CTPS?.....	419
9.5	Atividades insalubres e atividades perigosas.....	420
9.5.1	Atividades ou operações insalubres	420
9.5.1.1	Atenuação e eliminação da insalubridade.....	422
9.5.1.2	Adicional e base de cálculo	426
9.5.1.3	Sistema de integração e de reflexão	428
9.5.2	Atividades ou operações perigosas	428
9.5.2.1	Causas geradoras	429
9.5.2.1.1	Inflamáveis.....	429
9.5.2.1.2	Explosivos	430
9.5.2.1.3	Energia elétrica	430
9.5.2.1.4	Roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial	433
9.5.2.1.5	Trabalho em motocicleta.....	434
9.5.2.1.6	Radioatividade/radiação ionizante	435
9.5.2.1.7	Atividade de bombeiro civil	436
9.5.2.2	Características da exposição	436
9.5.2.3	Adicional e base de cálculo	437
9.5.2.4	Sistema de integração e de reflexão.....	438

9.5.2.5	Cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade	439
9.6	Atividades penosas e a falta de referencial legislativo	441
10.	DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO	
10.1	Considerações introdutórias	445
10.1.1	Distinções terminológicas e institutos correlatos	445
10.1.1.1	Duração do trabalho, jornada de trabalho e horário de trabalho	446
10.1.1.2	Horas de serviço efetivo real e horas de serviço efetivo ficto: uma análise sobre as horas <i>in itinere</i>	448
10.1.1.2.1	Horas de itinerário não computáveis na jornada: o antes e o depois da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017	450
10.1.1.2.2	Horas de itinerário computáveis na jornada: estudo residual para eventos ocorridos até a data de vigência da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017	452
10.1.1.3	Horas de serviço efetivo real e horas de expectativa de convocação	457
10.1.1.3.1	Prontidão	457
10.1.1.3.2	Sobreaviso	458
10.1.1.3.3	Quadro sinótico distintivo da prontidão e do sobreaviso	460
10.1.1.4	Horas de serviço efetivo real e horas de espera	461
10.1.2	Trabalho de duração normal	462
10.1.2.1	Conceito	462
10.1.2.2	Duração	462
10.1.2.3	Distribuição ordinária do horário de trabalho normal	463
10.1.2.4	Definição do salário por hora normal trabalhada	463
10.1.3	Trabalho de duração especial	465
10.1.3.1	Conceito	465
10.1.3.2	Duração	465
10.1.3.2.1	Regime de tempo parcial	466
10.1.3.2.2	Turno ininterrupto de revezamento	470
10.1.3.2.3	Relações especiais de emprego	473
a)	Bancários	473
b)	Empregados nos serviços de telefonia e de telegrafia	475
c)	Músicos profissionais	476
d)	Operadores cinematográficos	476
e)	Marítimos	476
f)	Mineiros	478
g)	Jornalistas profissionais	478
h)	Professores	479
i)	Médicos e cirurgiões-dentistas	482

j) Engenheiros e arquitetos	482
k) Advogados	483
l) Motoristas profissionais	484
10.1.4 Prorrogação de horas de trabalho.....	488
10.1.4.1 Caracterização	488
10.1.4.2 Remuneração adicional.....	489
10.1.4.3 Necessidade imperiosa e exigibilidade de prestação de horas extraordinárias.....	489
10.1.4.4 Variações mínimas no registro de ponto e inexigibilidade de pagamento como sobrejornada.....	491
10.1.4.5 Situações de proibição de prorrogação de horas de trabalho	491
10.1.4.6 Exclusão do regime de percepção de horas extraordinárias e recepção constitucional.....	492
10.1.4.6.1 Exercício de atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho (art. 62, I, da CLT), exercício de cargos de gestão (art. 62, II) e exercício de emprego em regime de teletrabalho (art. 62, III, da CLT)	492
10.1.4.6.2 Prestação de serviço de natureza intermitente ou de pouca intensidade (ferroviários de estações do interior e mãe social)	496
10.1.4.6.3 Exclusão constitucional até a publicação da EC n. 72/2013 (empregados domésticos)	497
10.1.4.7 Pré-contratação de horas extraordinárias	497
10.1.4.8 Integração e reflexão das horas extraordinárias.....	498
10.1.4.9 Supressão de horas extraordinárias	499
10.1.5 Compensação de horas de trabalho.....	499
10.1.5.1 Caracterização	499
10.1.5.2 Fonte criativa da compensação de horários	502
10.1.5.3 Situações de proibição de compensação de horas de trabalho	503
10.1.5.4 Comparações entre os sistemas de prorrogação de horas de trabalho e de compensação de horários	504
10.1.6 Banco de horas.....	506
10.1.6.1 Banco de horas positivo	506
10.1.6.2 Banco de horas negativo.....	507
10.2 Turno de prestação do trabalho.....	508
10.2.1 Trabalho diurno e noturno.....	508
10.2.2 Trabalho noturno urbano e trabalho noturno rural.....	508
10.2.2.1 Trabalho noturno prestado no meio urbano.....	508
10.2.2.1.1 Extensão	508
10.2.2.1.2 Redução ficta do horário noturno.....	508
10.2.2.1.3 Adicional.....	509
10.2.2.2 Trabalho noturno prestado no meio rural.....	510
10.2.2.2.1 Extensão	510

10.2.2.2.2 Adicional	510
10.2.2.3 Intervalo intrajornada no turno noturno.....	510
10.2.3 Turno misto	511
10.2.4 Adicional noturno e turnos de revezamento	512
10.2.5 Horas extraordinárias noturnas.....	512
10.3 Períodos de descanso do trabalho	513
10.3.1 Organização dos intervalos para descanso.....	513
10.3.1.1 Intervalos intrajornada	513
10.3.1.1.1 Intervalos para repouso e/ou alimentação	513
a) Sistemática para os trabalhadores urbanos.....	514
b) Sistemática para os trabalhadores rurais	515
c) Quadro comparativo das sistemáticas de intervalo para urbanos e rurais	516
d) Supressão do intervalo intrajornada para repouso ou alimentação	516
e) O intervalo intrajornada interrompido pelo empregador	518
10.3.1.1.2 Intervalos outorgados para proteção contra doenças ocupacionais	518
10.3.1.2 Intervalos interjornadas	519
10.3.1.3 Intervalos intersemanais	520
10.3.1.3.1 Da universalidade do direito ao repouso semanal remunerado e da eletividade do dia destinado ao descanso	520
10.3.1.3.2 Da confusão entre a exigibilidade de prestação de trabalho em domingos e da possibilidade de abertura do comércio nestes dias	521
10.3.1.3.3 Da periodicidade e da regularidade dos intervalos intersemanais.....	522
10.3.1.3.4 Da identificação da retribuição pelo repouso semanal como parcela integrada ou destacada do salário-base: sistema de integração e de reflexão	524
10.3.1.4 Feriados	528
10.3.1.4.1 Feriados fruídos nas datas de suas ocorrências.....	528
10.3.1.4.2 Feriados fruídos fora das datas de suas ocorrências e feriados antecipados por meio das primeiras normas que disciplinaram a pandemia do Coronavírus	530
10.3.1.5 Remuneração do trabalho em dias destinados a descanso.....	530
10.3.1.6 Intervalos anuais	531
11. FÉRIAS	
11.1 Considerações introdutórias	533
11.2 Regência legal e aplicabilidade da Convenção. 132 da OIT.....	534
11.3 Espécies.....	536
11.3.1 Férias individuais.....	536

11.3.1.1	Definição e distinções.....	536
11.3.1.2	Mecanismos de aquisição e de concessão.....	537
11.3.1.3	Extensão das férias individuais.....	537
11.3.1.3.1	Empregados regidos pela CLT	538
a)	Sob o regime de tempo integral e sob o regime de tempo parcial a partir da vigência da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017	538
b)	Sob o regime de tempo parcial até a vigência da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.....	539
11.3.1.3.2	Empregados regidos por outros diplomas legais	540
11.3.1.4	Conceito e extensão das faltas ao serviço.....	540
11.3.1.5	Perda do direito às férias individuais	541
11.3.1.6	Época de concessão	543
11.3.1.7	Formalidades de participação das férias	544
11.3.1.8	Extrapolação do prazo de concessão. Violação e pena: os conceitos de “dobro” e “dobra”	545
11.3.1.9	Fracionamento de férias individuais	547
11.3.1.10	Prestação de serviços a outro empregador	547
11.3.1.11	Remuneração de férias	548
11.3.1.12	Abono pecuniário.....	548
11.3.1.12.1	Forma e prazo de postulação	549
11.3.1.12.2	Natureza da parcela	550
11.3.1.12.3	Aplicabilidade ao regime de tempo parcial	550
11.3.1.12.4	Diferenças entre o abono pecuniário e o acréscimo constitucional de um terço sobre as férias	550
11.3.1.13	Oportunidade de pagamento das férias e do abono pecuniário.....	551
11.3.1.14	Prescrição sobre as férias	551
11.3.2	Férias coletivas	552
11.3.2.1	Definição	552
11.3.2.2	Mecanismos de aquisição e de concessão e formalidades de participação.....	552
11.3.2.3	Extensão das férias coletivas	552
11.3.2.4	Fracionamento de férias coletivas	553
11.3.2.5	Aplicabilidade a empregados com menos de um ano de serviço.....	553
11.3.2.6	Abono pecuniário e férias coletivas.....	553
11.3.3	Comparações entre as férias individuais e as férias coletivas	554
11.4	O regime jurídico das férias nas primeiras normas que trataram da pandemia do Coronavírus	555
11.4.1	Medidas incidentes sobre as férias individuais	555
11.4.2	Medidas incidentes sobre as férias coletivas	559

12. RETRIBUIÇÃO DO TRABALHO

12.1	Considerações introdutórias	561
------	-----------------------------------	-----

12.2 Parcelas oriundas do trabalho	562
12.2.1 Parcelas de natureza remuneratória	563
12.2.1.1 Salário-base	563
12.2.1.1.1 Definição	563
12.2.1.1.2 Modalidades de aferição.....	564
a) Unidade de tempo	564
b) Unidade de produção	564
c) Unidade de tarefa	567
12.2.1.1.3 Pisos salariais.....	567
a) Salário mínimo legal geral	568
b) Salário mínimo legal [federal] específico ou salário profissional.....	573
c) Salário mínimo legal [estadual] específico ou piso salarial proporcional à extensão e à com- plexidade do trabalho.....	575
d) Salário mínimo contratual coletivo ou piso salarial	576
e) Salário mínimo contratual individual ou salário contratual	576
12.2.1.1.4 Teto salarial	577
12.2.1.1.5 Formas de pagamento.....	578
a) Salário <i>in specie</i> ou salário em efetivo	578
b) Salário <i>in natura</i> ou salário em utilidades	579
12.2.1.2 Complementos salariais.....	585
12.2.1.2.1 Complementos salariais próprios	586
a) Adicionais	586
b) Gratificações	592
c) Prêmios anteriores à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017	595
d) Comissões e percentagens	596
e) Quebra de caixa	597
f) Luvas	597
12.2.1.2.2 Complementos salariais impróprios.....	598
a) Abono salarial anterior à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017	598
b) Adicional por tempo de serviço.....	598
c) Gratificações de função incorporadas.....	599
d) Gratificação natalina ou décimo terceiro salário	600
12.2.1.3 Suplementos salariais	601
12.2.1.3.1 Gorjetas.....	603
a) A regência da Lei n. 13.419, de 2017, e a sua breve existência	603
b) A revogação do conjunto normativo contido do § 4º ao § 11 do art. 457 da CLT pela Lei n. 13.467, de 2017	606
c) A MP n. 808, de 2017 e a sua vigência de 14- 11-2017 a 23-4-2018	607

d) A restauração da integralidade do texto contido na Lei n. 13.467, de 2017	609
e) O texto da Medida Provisória n. 905, de 2019	610
f) Uma nova restauração da integralidade do texto contido na Lei n. 13.467, de 2017	612
12.2.1.3.2 Gueltas.....	612
12.2.1.3.3 Direito de Arena antes da Lei n. 12.395/2011....	613
12.2.1.3.4 Bicho externo	615
12.2.2 Parcelas de natureza não remuneratória.....	615
12.2.2.1 Indenizações.....	615
12.2.2.2 Penalidades.....	618
12.2.2.2.1 Multa prevista no art. 467 da CLT	618
12.2.2.2.2 Multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT	618
12.2.2.2.3 Multa decorrente do descumprimento de normas coletivas	619
12.2.2.3 Ressarcimentos.....	619
12.2.2.3.1 Ajuda de custo	619
12.2.2.3.2 Verba de representação.....	619
12.2.2.3.3 Verba de quilometragem.....	620
12.2.2.3.4 Diárias para viagem.....	620
12.2.2.4 Parcelas não salariais por força de lei.....	621
12.2.2.4.1 Salário-família.....	621
12.2.2.4.2 Participação nos lucros ou resultados	622
12.2.2.4.3 Abono pecuniário de férias	624
12.2.2.4.4 Parcela <i>in natura</i> recebida de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	624
12.2.2.4.5 Abono do Programa de Integração Social (PIS)..	625
12.2.2.4.6 Ajuda compensatória mensal	626
12.2.2.4.7 Parcela recebida a título de vale-transporte	627
12.2.2.4.8 Reembolso-creche.....	630
12.2.2.4.9 Reembolso-babá.....	630
12.2.2.4.10 Prêmios posteriores à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.....	630
12.2.2.4.11 Abonos posteriores à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017.....	632
12.2.3 Parcelas de natureza não trabalhista conexas ao contrato de emprego.....	632
12.2.3.1 <i>Stock option</i>	632
12.2.3.2 Direito de Arena depois da Lei n. 12.395/2011	633
12.2.3.3 Direito de uso de imagem	635
12.3 Especificidades do pagamento das parcelas oriundas do trabalho.....	636
12.3.1 Periodicidade de pagamento de parcelas salariais	636
12.3.2 Pagamento de parcelas salariais em moeda estrangeira	637
12.3.3 Formalidades de pagamento das parcelas salariais.....	638
12.3.3.1 Meios de pagamento dos salários.....	638

12.3.3.2	Prova do pagamento dos salários	638
12.3.3.3	Tempo e local do pagamento.....	639
12.3.3.4	Não compulsividade no pagamento.....	639
12.3.3.5	Pagamento de parcelas salariais para empregado menor	640
12.4	Fórmulas de proteção do salário	640
12.4.1	Proteção contra abusos do empregador.....	640
12.4.1.1	Irredutibilidade salarial	640
12.4.1.2	Intangibilidade salarial	643
12.4.1.2.1	Danos provocados pelos empregados: situações de culpa e de dolo.....	644
12.4.1.2.2	A prática da <i>truck-system</i>	645
12.4.2	Proteção contra os credores do empregado	646
12.4.3	Proteção contra os credores do empregador.....	648
12.5	Isonomia salarial.....	649
12.5.1	Equivalência salarial	649
12.5.2	Determinação supletiva do salário	651
12.5.3	Equiparação salarial	651
12.5.3.1	Requisitos.....	652
12.5.3.2	Salário por substituição	659
12.5.4	Enquadramento salarial	660
12.5.4.1	Espécies	660
12.5.4.2	Reenquadramento por desvio funcional de servidor público celetista ou de empregado público. Impossibilidade	661
12.5.4.3	Desvio funcional sem quadro de carreira. Possibilidade	662
13.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO	
13.1	Considerações introdutórias	663
13.2	Espécies.....	664
13.2.1	Alterações contratuais obrigatórias	664
13.2.2	Alterações contratuais voluntárias	665
13.2.2.1	Bilaterais.....	665
13.2.2.2	Unilaterais.....	666
13.2.2.2.1	Alteração unilateral como vantagem isenta de contrapartida	666
13.2.2.2.2	Alteração unilateral promovida por anuência presumida	666
13.2.2.2.3	Alteração unilateral promovida pelo direito patronal diretivo (<i>ius variandi</i>)	667
13.2.2.2.4	Alteração unilateral por força de lei.....	668
13.3	Direito de resistência do operário (<i>ius resistentiae</i>)	671
13.4	Alterações contratuais em espécie	672
13.4.1	Alteração de função.....	672
13.4.1.1	Acúmulo funcional	673

13.4.1.2	Promoção	675
13.4.1.3	Rebaixamento	675
13.4.1.4	Reversão	675
13.4.1.5	Readaptação	676
13.4.1.6	Desvio funcional	677
13.4.2	Alteração da carga horária.....	677
13.4.2.1	Redução da jornada com redução do salário.....	678
13.4.2.2	Redução da jornada sem redução do salário	678
13.4.2.3	Aumento ordinário da jornada: horas extraordinárias habituais	679
13.4.2.4	Aumento extraordinário da jornada: horas extraordinárias eventuais.....	679
13.4.2.5	Supressão de horas extraordinárias.....	679
13.4.2.6	Modificação do quadro de horários: horário de início/termino das atividades e dias em que o serviço acontece ..	680
13.4.2.7	Compensação de horários	681
13.4.2.8	Aumento na dimensão do intervalo intrajornada	681
13.4.2.9	Diminuição ou supressão da dimensão do intervalo intrajornada	681
13.4.3	Alteração de turno de trabalho	683
13.4.3.1	Modificação do turno diurno para o turno noturno ...	683
13.4.3.2	Modificação do turno noturno para o turno diurno ...	683
13.4.3.3	Modificação de turno fixo para turno de revezamento	684
13.4.3.4	Modificação de turno de revezamento para turno fixo	684
13.4.4	Alteração de salário	685
13.4.4.1	Alteração da dimensão salarial	685
13.4.4.2	Alteração da composição salarial.....	686
13.4.4.3	Alteração da periodicidade do pagamento dos salários	688
13.4.4.4	Alteração da data de pagamento dos salários.....	688
13.4.4.5	Alteração do modo de pagamento dos salários	689
13.4.4.6	Alteração da natureza jurídica da parcela atribuída	689
13.4.5	Alteração de tomador de serviços.....	690
13.4.5.1	Mudança de tomador de um mesmo grupo econômico	690
13.4.5.2	Mudança de tomador por exigência do contrato de terceirização.....	690
13.4.6	Alteração do lugar de trabalho	691
13.4.6.1	Transferência, realocação e remoção	691
13.4.6.2	Presunção de anuência e pagamento de adicional de transferência	692
13.5	Prescrição aplicável às situações de alteração contratual.....	692
14.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO CONTRATUAIS	
14.1	Considerações introdutórias	695
14.2	Definição e distinção	696
14.3	Efeitos jurídicos.....	696
14.4	Suspensão dos contratos por tempo determinado	696

14.5	Situações de suspensão contratual com previsão no texto legal.....	700
14.5.1	Encargo público não constituído como interrupção contratual	700
14.5.2	Afastamento do empregado por motivo de segurança nacional (depois de transcorridos noventa dias).....	701
14.5.3	Mandato sindical	701
14.5.4	Greve	701
14.5.5	Suspensão disciplinar e suspensão para responder inquérito....	702
14.5.6	Afastamento motivado por incapacidade temporária ou incapacidade permanente, depois de transcorrido o período de espera .	702
14.5.6.1	Limbo previdenciário	704
14.5.6.1.1	O limbo por falta de cumprimento de carência	704
14.5.6.1.2	O limbo por alta previdenciária e inadmissão em exame de retorno	705
14.5.6.2	Precariedade da aposentadoria por incapacidade permanente	707
14.5.6.3	Aposentadoria por incapacidade permanente e a cessação do contrato de emprego.....	709
14.5.7	Períodos de “suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo” ou de “prisão preventiva quando o empregado for impronunciado ou absolvido”	710
14.5.8	Participação em curso ou programa de qualificação profissional	713
14.5.9	Preservação da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar	713
14.5.10	Suspensão contratual prevista na Lei n. 14.020/2020.....	714
14.6	Situações de interrupção contratual com previsão no texto legal	715
14.6.1	Repouso semanais remunerados e feriados	716
14.6.2	Férias	716
14.6.3	Ausências legais	716
14.6.3.1	Situações previstas no art. 473 da CLT	716
14.6.3.2	Situações previstas no art. 320 da CLT	719
14.6.3.3	Situações de dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de consultas médicas e exames complementares	719
14.6.3.4	Situação correspondente às ausências no período do aviso prévio trabalhado	719
14.6.3.5	Situação prevista no art. 98 da Lei n. 9.504/97	720
14.6.3.6	Situações previstas na Lei n. 13.979/2020	720
14.6.4	Faltas abonadas	722
14.6.5	Incapacidade laboral no período correspondente ao pagamento de salário-enfermidade.....	722
14.6.6	Licenças remuneradas	723
14.6.6.1	Licença-paternidade	723
14.6.6.2	Extensão da licença-maternidade, nos moldes do Programa Empresa-Cidadã, sem assunção de salário-maternidade pela previdência social	724
14.6.6.3	Licença para disputa eleitoral.....	724

14.6.6.4	Licença para atuação em comissão de conciliação prévia	725
14.6.6.5	Licença para atuação em conselho curador do FGTS..	725
14.6.7	Paralisações promovidas pelo empregador	725
14.6.8	Suspensão disciplinar anulada.....	725
14.6.9	Afastamento do empregado por motivo de segurança nacional (até noventa dias).....	725
14.7	Situações <i>sui generis</i> com previsão no texto legal: suspensões contratuais impuras, imperfeitas ou impróprias.....	726
14.7.1	Serviço militar obrigatório.....	727
14.7.2	Licença-maternidade com assunção de salário-maternidade pela previdência social	727
14.7.3	Afastamento motivado por incapacidade temporária ou perma- nente acidentária	732
14.7.3.1	Efeitos contratuais mantidos por força de lei em favor dos trabalhadores que sofrem acidente do trabalho... ..	732
14.7.3.1.1	Cômputo do período de afastamento por acidente do trabalho para fins de indenização e estabilidade....	732
14.7.3.1.2	Manutenção dos depósitos do FGTS para os traba- lhadores em licença acidentária	733
a)	A extensão da expressão “licença por acidente do trabalho”	734
b)	A indefinição da situação do aposentado por incapacidade permanente e a indeterminação da data de seu possível retorno às atividades laborais.....	736
c)	A possibilidade de levantamento do FGTS por conta da aposentadoria por incapacidade per- manente	736
d)	O argumento a <i>maiori, ad minus</i>	737
e)	A natureza jurídica dos recolhimentos do FGTS durante a “licença por acidente do trabalho”..	737
f)	A base de cálculo dos recolhimentos do FGTS durante o período da “licença por acidente do trabalho”	738
g)	A inevitância de efeitos jurídicos produzida por um jubramento compulsório sobre a “licença por acidente do trabalho”.....	738
14.7.3.1.3	Desconsideração do período de afastamento por acidente do trabalho para a contagem de férias até o limite de seis meses	739
14.7.3.2	Efeitos contratuais mantidos por entendimento juris- prudencial em favor dos trabalhadores que sofrem acidente do trabalho.....	739
14.7.3.2.1	Manutenção de planos de saúde.....	739
14.7.3.2.2	Manutenção da posse de imóvel ocupado em função do trabalho.....	741
14.8	Suspensão e interrupção contratuais pelo exercício da autonomia privada	741
14.8.1	Suspensão contratual pelo exercício da autonomia privada in-	

individual para a satisfação de assunto de interesse pessoal.....	742
14.8.2 Suspensão contratual pelo exercício da autonomia privada individual para que empregado eleito ocupe o cargo de diretor (Súmula 269 do TST)	742
14.8.3 Suspensão contratual pelo exercício da autonomia privada coletiva em decorrência de <i>layoff</i>	742
15. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO	
15.1 Considerações introdutórias	745
15.2 Cessação pela via normal.....	746
15.2.1 Extinção pelo alcance do termo final	746
15.2.1.1 Termo final de contratos por tempo determinado.....	746
15.2.1.2 Termo final de contratos por tempo indeterminado ...	746
15.2.1.2.1 A suposta extinção do contrato de emprego por força de aposentadoria espontânea.....	746
15.2.1.2.2 A suposta extinção do contrato de emprego do trabalhador aposentado especial que permanece no ambiente nocivo ou a ele retorna	749
15.2.1.2.3 A suposta extinção do contrato de emprego por conta de aposentadoria compulsória por idade avançada (art. 51 da Lei n. 8.213/91)	751
15.2.1.2.4 A juridicamente possível extinção do contrato de emprego do servidor público celetista e do empregado público, ambos por idade avançada.....	752
15.2.1.2.5 A suposta extinção do contrato de emprego por força de mudança do regime celetista para o estatutário .	758
15.2.1.2.6 A suposta extinção do contrato de emprego dos aposentados por incapacidade permanente com idade igual ou superior a 60 anos por conta da inexistência do exame médico pericial.....	759
15.2.2 Extinção pela obtenção dos propósitos contratuais	760
15.3 Cessação pela via excepcional.....	761
15.3.1 Dissolução por rescisão	761
15.3.1.1 Rescisão unilateral em contratos por tempo indeterminado	763
15.3.1.1.1 Definição de aviso prévio.....	763
15.3.1.1.2 Proporcionalidade do aviso prévio.....	764
a) A inconstitucionalidade do patamar temporal máximo.....	767
b) A problemática da aplicabilidade do aviso prévio proporcional em favor do empregador	767
c) A discussão quanto à exigibilidade da proporcionalidade em relação aos avisos prévios em curso na data de publicação da lei e àqueles já concedidos, mas ainda passíveis de discussão dentro do prazo prescricional.....	768
d) O debate em torno da transformação em ano	

das frações de meses ou em mês das frações em dias para fins de enquadramento do empregado em faixas mais favoráveis de aviso prévio proporcional	768
e) A discussão quanto à extensão do aviso prévio proporcional aos empregados domésticos	768
f) A dúvida quanto à possibilidade de exigência de cumprimento de aviso prévio trabalhado por período maior do que trinta dias	768
g) As controvérsias em torno da aplicabilidade integral da regra contida no art. 488 da CLT...	769
h) A problemática da aplicação da Lei n. 12.506/2011 nas situações em que ocorram suspensões contratuais dentro do tempo de contrato para um mesmo empregador	770
i) O questionamento quanto à integração do aviso prévio proporcional no tempo de serviço do empregado para fins de contagem do prazo prescricional	770
j) A dúvida quanto à condição de pedido implícito	771
15.3.1.1.3 Espécies de aviso prévio	771
15.3.1.1.4 Irrenunciabilidade do aviso prévio	772
15.3.1.1.5 Reconsideração do aviso prévio	773
15.3.1.1.6 Justa causa no decurso do prazo de aviso prévio ...	773
15.3.1.1.7 A prova do aviso prévio	774
15.3.1.1.8 Aviso prévio e institutos incompatíveis	774
15.3.1.1.9 Limites à rescisão patronal	774
a) Limites impostos pela suspensão contratual ...	775
b) Limites impostos pela estabilidade	776
15.3.1.1.10 Despedida obstativa	777
15.3.1.1.11 Extinção da empresa e rescisão	777
15.3.1.2 Rescisão unilateral em contratos por tempo determinado	780
15.3.1.2.1 Dissolução antecipada de iniciativa do empregador e créditos decorrentes	780
15.3.1.2.2 Dissolução antecipada de iniciativa do empregado e créditos decorrentes	781
15.3.1.2.3 Cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão e créditos decorrentes	782
15.3.1.3 A despedida motivada e a despedida imotivada	783
15.3.1.3.1 Dispensa motivada	783
a) Despedida sem justa causa	783
b) Despedida com justa causa	784
c) Despedida com causa discriminatória	784
15.3.1.3.2 Dispensa imotivada	785
15.3.1.4 A Convenção n. 158 da OIT	787
15.3.1.5 A motivação para a dispensa de empregados públicos	789

15.3.1.6 A despedida singular e a despedida coletiva	790
15.3.2 Dissolução por resolução	792
15.3.2.1 Advento de condições resolutivas voluntárias	792
15.3.2.1.1 Deveres e obrigações recíprocos dos contratantes .	793
a) Dever de colaboração	794
b) Dever de diligência	794
c) Dever de respeito	794
d) Dever de lealdade	795
e) Dever de fidelidade	795
15.3.2.1.2 Pressupostos exigíveis nas situações de resolução contratual.....	796
a) Previsão legal.....	796
b) Proporcionalidade entre a falta e a punição	796
c) <i>Non bis in idem</i> ou não punição dupla.....	797
d) Relevância ponderada das condutas praticadas fora do local de trabalho	797
e) Atualidade da falta ou da imediatidade puniti- va.....	797
f) Observância do devido processo legal privado na apuração da falta	797
15.3.2.1.3 Culpa do empregado.....	798
a) Ato de improbidade	798
b) Incontinência de conduta	799
c) Mau procedimento	800
d) Negociação habitual.....	800
e) Condenação criminal.....	802
f) Desídia	803
g) Embriaguez habitual ou em serviço	803
h) Violação de segredo da empresa	804
i) Indisciplina e insubordinação	804
j) Abandono de emprego	806
k) Ofensas físicas e morais	808
l) Prática constante de jogos de azar	809
m) Perda da habilitação ou dos requisitos estabe- lecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado	809
n) Atos atentatórios à segurança nacional.....	810
o) Inadimplemento contumaz	810
15.3.2.1.4 Culpa do empregador	811
a) Serviço inexigível	812
b) Rigor excessivo	813
c) Perigo manifesto.....	814
d) Inadimplemento contratual.....	814
e) Ofensas físicas e morais	817

f) Assédio moral.....	817
15.3.2.1.5 Culpa recíproca de empregado e empregador.....	819
15.3.2.2 Advento de condições resolutivas involuntárias.....	821
15.3.2.2.1 Morte e créditos decorrentes.....	821
15.3.2.2.2 Força maior e créditos decorrentes.....	824
15.3.2.2.3 Fato do príncipe e créditos decorrentes.....	825
15.3.3 Dissolução por rescisão.....	829
15.4 Pagamento das parcelas decorrentes da cessação do contrato.....	831
15.4.1 Base de cálculo.....	832
15.4.2 Termo de rescisão do contrato de trabalho.....	832
15.4.3 Homologação e assistência.....	833
15.4.4 Quitação e eficácia liberatória.....	834
15.4.5 Prazo de pagamento e penas pelo atraso.....	836
15.4.5.1 Prazos para pagamento das parcelas decorrentes da cessação do vínculo.....	836
a) Até a data de vigência da Lei n. 13.467/2017, o prazo previsto no § 6º do art. 477 da CLT considerava duas variáveis.....	836
b) A partir da vigência da Lei n. 13.467/2017, o prazo previsto no § 6º do art. 477 da CLT foi unificado.....	837
15.4.5.2 Penas pelos atrasos.....	837
15.4.5.2.1 Multa administrativa.....	837
15.4.5.2.2 Multa moratória.....	837
15.4.6 Aplicação do art. 467 da CLT.....	840
15.4.7 Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.....	841
15.5 Seguro-desemprego.....	842
15.5.1 Finalidades.....	842
15.5.2 Requisitos.....	843
15.5.3 Número de parcelas.....	846
15.5.4 Valor.....	846
15.5.5 Condicionamento do recebimento à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.....	847
15.5.6 Suspensão e cancelamento.....	847
15.5.7 Pessoalidade e intransferibilidade.....	848
15.5.8 Extensão aos empregados domésticos.....	849
15.5.9 O seguro-desemprego como salário de contribuição?.....	850
15.6 Manutenção de plano de saúde do ex-empregado (Lei n. 9.656/98)....	850
16. FÓRMULAS DE GARANTIA DE EMPREGO E DO TEMPO DE SERVIÇO	
16.1 Garantias de emprego.....	853
16.1.1 Etapas históricas de construção da garantia de emprego no Brasil.....	853
16.1.1.1 Primeiro momento: de 1943 até 1966.....	853

16.1.1.2 Segundo momento: de 1966 a 1988	854
16.1.1.3 Terceiro momento: a partir de 1988	855
16.1.2 Espécies de garantia de emprego.....	857
16.1.2.1 Garantia de emprego em sentido estrito	857
16.1.2.1.1 Indenização de antiguidade prevista no art. 478 da CLT	858
16.1.2.1.2 Indenização de 40% sobre o FGTS	858
16.1.2.1.3 Indenização prevista no art. 479 da CLT	859
16.1.2.1.4 Indenização prevista no art. 31 da Lei n. 8.880/94	860
16.1.2.1.5 Indenização prevista no § 3º do art. 322 da CLT....	860
16.1.2.1.6 Indenização prevista no § 5ª do art. 476-A da CLT	861
16.1.2.1.7 Indenização prevista no art. 10 da Lei n. 14.020, de 2020.....	861
16.1.2.1.8 Antecipação de vencimento de dívida	863
16.1.2.2 Estabilidade no emprego	864
16.1.2.2.1 Estabilidade legal definitiva	864
a) Estabilidade decenal	865
b) Estabilidade dos servidores públicos celetistas.	869
16.1.2.2.2 Estabilidade legal provisória.....	870
a) Dirigente sindical.....	872
b) Cipeiro.....	874
c) Gestante.....	875
d) Guardião para fins de adoção/Adotante	879
e) Egresso de auxílio por incapacidade temporária acidentária.....	880
f) Diretor de cooperativa de empregados.....	885
g) Membro trabalhador do Conselho Nacional de Previdência Social	885
h) Representante dos empregados em comissões de conciliação prévia.....	885
i) Representante dos empregados no conselho curador do FGTS	886
j) Período pré-eleitoral.....	886
k) Trabalhador reabilitado e deficiente habilitado	887
l) Aprendiz	888
m) Empregados que tiverem sua jornada de trabalho temporariamente reduzida enquanto viger a adesão ao Programa Seguro-Emprego — PSE .	889
n) Membro da comissão de representantes dos empregados.....	889
o) Membro da comissão de empregados para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta	890
p) Empregado discriminado.....	891
q) Mulher em situação de violência doméstica e familiar	892

r) Pessoa com deficiência durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.....	893
16.1.2.2.3 Estabilidade contratual definitiva.....	896
16.1.2.2.4 Estabilidade contratual provisória.....	896
16.1.2.2.5 Renúncia à estabilidade e homologação.....	896
16.1.2.2.6 Institutos quase sempre incompatíveis com a estabilidade.....	897
a) Contratos por tempo determinado.....	897
b) Aviso prévio.....	898
16.2 Garantias do tempo de serviço.....	899
16.2.1 Definição.....	899
16.2.2 O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.....	899
16.2.2.1 Definição.....	899
16.2.2.2 Criação de normas e de diretrizes.....	901
16.2.2.3 Gestão da aplicação.....	901
16.2.2.4 Agente operador.....	902
16.2.2.5 Centralização de depósitos.....	902
16.2.2.6 Base de cálculo e alíquota.....	902
16.2.2.7 Penalidades por mora.....	903
16.2.2.8 Atualização monetária e capitalização de juros.....	903
16.2.2.9 Situações permissivas de movimentação.....	904
16.2.2.10 Indenização compensatória por rescisão por iniciativa patronal.....	906
16.2.2.11 Indenização compensatória em situações de resolução por culpa recíproca e de resolução contratual por força maior.....	907
16.2.2.12 Destino dos depósitos promovidos em favor dos empregados demissionários e dos despedidos com justa causa.....	907
16.2.2.13 Cobrança de depósitos não realizados no FGTS.....	907
16.2.2.14 Expurgos inflacionários (Lei Complementar n. 110/2001).....	908
16.2.2.15 Não cabimento de medida liminar ou de tutela antecipada para saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.....	911
16.2.2.16 O saque-aniversário.....	911
a) Saque imediato.....	912
b) Adesão ao saque-aniversário.....	913
c) O valor do saque-aniversário.....	913
d) Os saques e a dimensão da indenização de 40% sobre o FGTS.....	914

17. PROTEÇÃO AO TRABALHO FEMININO E INFANTOJUVENIL

17.1 O trabalho da mulher e suas peculiaridades.....	915
17.1.1 Âmbito de proteção pré-contratual.....	916

17.1.2	Âmbito de proteção contratual.....	917
17.1.2.1	Métodos e locais de trabalho.....	917
17.1.2.2	Períodos diferenciados de descanso.....	918
17.1.2.3	Limite de uso da força muscular	919
17.1.2.4	Vedação às revistas íntimas	919
17.1.2.5	Amparo à maternidade biológica e à situação de amamentação	920
17.1.2.5.1	Período gestacional	920
a)	Estabilidade.....	921
b)	Consultas médicas	922
c)	Transferência de função.....	923
d)	Rompimento contratual	925
17.1.2.5.2	Período pós-gestacional	925
a)	Licença-maternidade e salário-maternidade ...	926
b)	Amamentação	940
17.1.2.6	Amparo à maternidade afetiva e à situação de amamentação.....	942
17.2	O trabalho infantojuvenil e suas peculiaridades.....	943
17.2.1	Definição e classificação da contratação para trabalho infantojuvenil	944
17.2.1.1	Menores exercentes de atividade em sentido estrito ..	944
17.2.1.2	Menores exercentes de trabalho	946
17.2.1.2.1	Contratos nulos por absoluta incapacidade etária .	946
17.2.1.2.2	Contratos anuláveis por relativa incapacidade etária	947
17.2.1.2.3	Contratos de emprego de natureza especial (aprendizagem)	947
17.2.1.2.4	Contratos de emprego de natureza ordinária	948
17.2.2	Especificidades contratuais.....	948
17.2.2.1	Quanto à formalização da contratação.....	948
17.2.2.2	Quanto ao local de trabalho.....	948
17.2.2.3	Quanto ao horário de trabalho.....	949
17.2.2.4	Quanto à dimensão da jornada.....	949
17.2.2.5	Quanto ao uso da força muscular	950
17.2.2.6	Quanto à quitação dos salários.....	950
17.2.2.7	Quanto à formalização da terminação do contrato.....	950
17.2.2.8	Quanto à prescrição incidente.....	951
18.	A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	
18.1	O tempo e os seus efeitos sobre a pacificação social.....	954
18.2	A prescrição e a decadência: definição e distinção.....	955
18.3	A prescrição no direito do trabalho	959
18.3.1	Espécies de prescrição.....	962
18.3.1.1	Quanto à natureza dos efeitos.....	962
18.3.1.1.1	Prescrição aquisitiva.....	962

18.3.1.1.2 Prescrição liberatória.....	962
18.3.1.2 Quanto à extensão dos efeitos.....	963
18.3.1.2.1 Prescrição parcial	963
18.3.1.2.2 Prescrição total	964
18.3.1.2.3 Prescrição extintiva	967
18.3.2 O marco inicial da contagem da prescrição	968
18.3.3 Causas impeditivas da prescrição	973
18.3.4 Causas interruptivas da prescrição	977
18.3.5 Situações específicas	983
18.3.5.1 A prescrição aplicável aos rurícolas	983
18.3.5.2 A prescrição aplicável aos avulsos.....	985
18.3.5.3 A prescrição aplicável aos domésticos	985
18.3.5.4 A prescrição intercorrente trabalhista	986
18.3.5.5 Pretensões trabalhistas insuscetíveis de prescrição ou de decadência	988
18.4 A decadência no direito do trabalho.....	990
18.4.1 Espécies de decadência.....	990
18.4.1.1 Quanto à fonte criadora	991
18.4.1.1.1 Decadência legal	991
18.4.1.1.2 Decadência contratual.....	991
18.4.1.2 Quanto ao tempo de vigência	992
18.4.1.2.1 Decadência definitiva	992
18.4.1.2.2 Decadência temporária	992
18.4.2 Causas impeditivas da decadência.....	993

SEGUNDA PARTE: RELAÇÕES SINDICAIS E COLETIVAS DO TRABALHO

19. INTRODUÇÃO AO DIREITO SINDICAL E COLETIVO DO TRABALHO

19.1 Aspectos Históricos do Direito Sindical e Coletivo do Trabalho.....	997
19.2 Denominação.....	1002
19.3 Definição.....	1003
19.4 Conteúdo	1003
19.5 Funções.....	1004
19.6 Princiologia	1004
19.6.1 O princípio da liberdade sindical	1004
19.6.1.1 Definição	1006
19.6.1.2 Dimensões da liberdade sindical	1007
19.6.1.3 O conteúdo da Convenção n. 87 da OIT	1008
19.6.1.4 Condutas antissindicais	1008
19.6.2 Princípios decorrentes da atividade sindical	1011
19.6.2.1 Princípios aplicáveis às relações coletivas.....	1011
19.6.2.1.1 Princípio da pureza ou da proibição de formação de sindicatos mistos	1011
19.6.2.1.2 Princípio da democracia sindical interna	1012

19.6.2.1.3 Princípio da interveniência sindical obrigatória	1012
19.6.2.1.4 Princípio da equivalência contratual dos sujeitos coletivos	1013
19.6.2.1.5 Princípio da boa-fé objetiva e da confiança	1014
19.6.2.2 Princípios aplicáveis aos instrumentos coletivos negociados	1015
19.6.2.2.1 Princípio da criatividade normativa	1015
19.6.2.2.2 Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva	1016
19.6.2.2.3 Princípio da presunção de legitimação dos atos negociais da entidade sindical operária	1017
19.6.2.2.4 Princípio da prevalência relativa do negociado sobre o legislado	1017
19.7 Interesses presentes nas relações coletivas	1023
19.7.1 Interesses individuais homogêneos	1023
19.7.2 Interesses coletivos	1025
19.7.3 Interesses difusos	1026

20. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

20.1 Noções gerais	1027
20.1.1 A ideia de categoria	1027
20.1.2 Fatos geradores do associativismo natural	1029
20.1.3 Categoria econômica	1031
20.1.4 Categoria profissional	1031
20.1.5 Categoria profissional diferenciada.....	1031
20.1.6 Membros da categoria e sócios do sindicato	1033
20.1.7 Enquadramento sindical: o desenho da organização sindical brasileira — da ingerência absoluta do Estado à relativa liberdade sindical	1035
20.1.7.1 Do limite à liberdade de fundar a entidade sindical ...	1036
20.1.7.1.1 Da gênese sindical originária: quando não há entidade sindical constituída na base territorial.....	1037
20.1.7.1.2 Da gênese sindical derivada: quando há pretensão de dissociação em face de entidade sindical já constituída na base territorial.....	1038
20.1.7.2 Do limite à liberdade de escolher a entidade sindical .	1040
20.2 Modelos sindicais	1041
20.2.1 Modelo de unicidade sindical	1041
20.2.2 Modelo de pluralidade sindical.....	1042
20.3 Organismos sindicais e parassindicais	1043
20.3.1 Associação profissional	1043
20.3.2 Associação sindical de grau inferior: sindicatos	1044
20.3.2.1 Definição e natureza jurídica	1045
20.3.2.2 Denominação	1046
20.3.2.3 Estrutura	1046
20.3.2.3.1 Órgão de deliberação	1046
20.3.2.3.2 Órgão de direção ou representação.....	1048
a) Administração do sindicato	1048

b) Atuação e garantias dos dirigentes sindicais	1049
20.3.2.4 Funções e prerrogativas	1057
20.3.2.4.1 Função representativa.....	1058
a) Representação processual.....	1058
b) Substituição processual.....	1059
20.3.2.4.2 Função negocial	1060
20.3.2.4.3 Função assistencial.....	1060
a) Emissão e entrega de CTPS.....	1061
b) Assistência judiciária	1061
c) Assistência nas cessações contratuais	1061
20.3.2.4.4 Função política.....	1062
20.3.3 Associações sindicais de grau superior	1062
20.3.3.1 Federações.....	1063
20.3.3.2 Confederações.....	1063
20.3.4 Centrais sindicais	1064
20.3.5 Comissão de representantes dos empregados.....	1065
20.4 Suporte financeiro das entidades sindicais	1068
20.4.1 Contribuição sindical	1068
20.4.1.1 Sistemática de exigência e de recolhimento.....	1070
20.4.1.2 Repartição	1071
20.4.1.3 Aplicação	1072
20.4.2 Contribuição confederativa	1072
20.4.3 Contribuição assistencial	1074
20.4.4 Contribuição associativa ou mensalidade sindical	1075
20.4.5 Quadro sinótico do suporte financeiro das entidades sindicais.	1075
21. FÓRMULA AUTÔNOMA DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS: A NEGOCIAÇÃO COLETIVA	
21.1 Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução	1077
21.1.1 Espécies	1077
21.1.2 Mecanismos de solução	1077
21.2 A contratação coletiva: breve histórico	1079
21.3 Definição de negociação coletiva	1079
21.4 Funções.....	1080
21.5 Níveis de negociação	1080
21.6 Fases do comportamento sindical elementar.....	1081
21.7 Instrumentos coletivos negociados	1081
21.7.1 Espécies	1082
21.7.2 Natureza jurídica	1083
21.7.3 Características	1084
21.7.4 <i>Quorum</i> para celebração.....	1085
21.7.5 Conteúdo	1086
21.7.6 Depósito, registro e arquivo	1086
21.7.7 Prazo de vigência	1087
21.7.8 Processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total	

ou parcial.....	1089
21.7.9 Prevalência do interesse público sobre o interesse coletivo	1089
21.7.10 O descumprimento das cláusulas constantes das normas coletivas	1090
21.7.11 Incorporação das cláusulas normativas ao contrato de emprego	1091
21.8 Negociação coletiva de trabalho para servidores públicos	1093
21.9 Negociação coletiva de trabalho para domésticos.....	1095
21.10 Os limites para o exercício da autonomia coletiva sindical.....	1096
21.10.1 O dever de não intercessão e a sua mitigação pelo dever de proteção e de promoção.....	1100
21.10.2 A proteção do direito fundamental à liberdade sindical em face de suas restrições: os confines da intervenção na autonomia coletiva sindical.....	1103
21.10.3 As fronteiras da negociação coletiva: uma análise à luz dos arts. 611-A e 611-B da CLT	1104
a) Somente pode abranger matérias trabalhistas.	1104
b) Somente pode dizer respeito a direitos transindividuais.....	1105
c) Não pode infringir os direitos fundamentais assegurados ao trabalhador na qualidade de cidadão	1105
d) Não pode violar os direitos laborais mínimos protegidos por lei	1105
e) Não pode macular os direitos alheios, inclusive os direitos tributários do Estado	1106
22. FÓRMULAS PARAETERÔNOMAS E HETERÔNOMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS	
22.1 Fórmulas paraeterônomas	1109
22.1.1 Conciliação e mediação	1111
22.1.1.1 Procedimento no Ministério do Trabalho (ora Ministério da Economia — Secretaria Especial de Previdência e Trabalho)	1111
22.1.1.2 Mediação e o conceito de negociação prévia suficiente	1113
22.2 Fórmulas heterônomas.....	1113
22.2.1 Arbitragem	1113
22.2.1.1 Definição	1114
22.2.1.2 Características.....	1114
22.2.1.3 Disciplina legal	1115
22.2.2 Jurisdição	1115
22.2.2.1 Definição	1116
22.2.2.2 Características.....	1116
22.2.2.3 A jurisdição no conflito coletivo trabalhista.....	1116
22.2.2.4 Classificação dos dissídios coletivos.....	1118
22.2.2.5 Disciplina legal do exercício da jurisdição nos dissídios coletivos.....	1119
22.2.2.6 Instauração da ação coletiva que produz a sentença normativa	1119

22.2.2.7	Procedimento da ação coletiva que produz a sentença normativa	1121
22.2.2.8	Extensão da sentença normativa	1122
22.2.2.9	Cumprimento da sentença normativa	1122
23.	PARALISAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO	
23.1	Greve	1125
23.1.1	Referenciais históricos mundiais	1125
23.1.2	Referenciais históricos brasileiros	1126
23.1.3	Definição	1127
23.1.4	Disciplina legal	1128
23.1.5	Características	1128
23.1.5.1	Coletivismo	1129
23.1.5.2	Trabalhismo	1129
23.1.5.3	Concertação.....	1129
23.1.5.4	Pacifismo	1130
23.1.5.5	Provisoriedade	1131
23.1.5.6	Coercitivismo	1131
23.1.5.7	Expansionismo.....	1132
23.1.6	Sujeitos	1132
23.1.7	Notificação da paralisação coletiva	1133
23.1.8	Direitos garantidos aos grevistas e aos não grevistas.....	1133
23.1.9	Efeitos decorrentes da greve	1134
23.1.9.1	Suspensão do contrato de emprego	1134
23.1.9.2	Vedação às despedidas sem justa causa	1134
23.1.9.3	Proibição de contratação de trabalhadores substitutos	1135
23.1.10	Greve em serviços essenciais.....	1135
23.1.11	Greve no serviço público civil	1138
23.1.12	Uso e abuso do direito de greve.....	1140
23.2	Locaute	1143
23.2.1	Características.....	1143
23.2.2	Sujeitos.....	1144
23.2.3	Efeitos decorrentes.....	1144
	Referências.....	1145
	Índice remissivo.....	1157